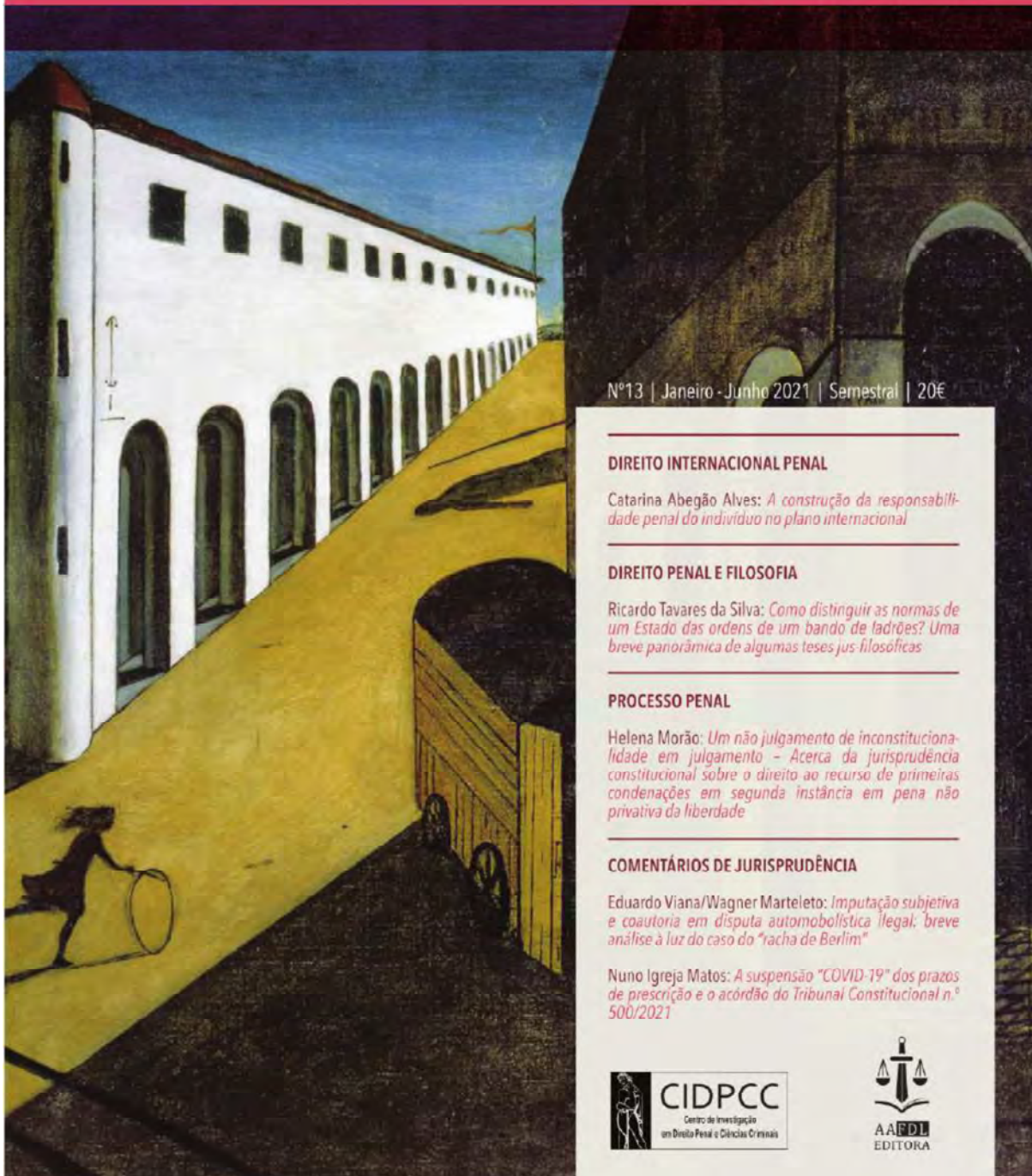


# ANATOMIA DO CRIME

ANATOMY OF CRIME Journal of Law and Crime Sciences

Revista de Ciências  
Jurídico-Criminais



Nº13 | Janeiro - Junho 2021 | Semestral | 20€

## DIREITO INTERNACIONAL PENAL

Catarina Abegão Alves: *A construção da responsabilidade penal do indivíduo no plano internacional*

## DIREITO PENAL E FILOSOFIA

Ricardo Tavares da Silva: *Como distinguir as normas de um Estado das ordens de um bando de ladrões? Uma breve panorâmica de algumas teses jus-filosóficas*

## PROCESSO PENAL

Helena Morão: *Um não julgamento de inconstitucionalidade em julgamento - Acerca da jurisprudência constitucional sobre o direito ao recurso de primeiras condenações em segunda instância em pena não privativa da liberdade*

## COMENTÁRIOS DE JURISPRUDÊNCIA

Eduardo Viana/Wagner Marteleto: *Imputação subjetiva e coautoria em disputa automobilística ilegal: breve análise à luz do caso do "racha de Berlim"*

Nuno Igreja Matos: *A suspensão "COVID-19" dos prazos de prescrição e o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 500/2021*



# ANATOMIA DO CRIME

## REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

DIRETORA

**MARIA FERNANDA PALMA**

**N.º 13**

**JANEIRO-JUNHO/2021**



**AAFDL**  
EDITORA

Apoio:

**FCT**  
Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia  
UIDB/04243/2020

Indexado por:



## ÍNDICE

EDITORIAL .....	7
DIREITO INTERNACIONAL PENAL	
<i>A construção da responsabilidade penal do indivíduo no plano internacional ..</i>	11
CATARINA ABEGÃO ALVES	
DIREITO PENAL E FILOSOFIA	
<i>Como distinguir as normas de um Estado das ordens de um bando de ladrões? Uma breve panorâmica de algumas teses jus-filosóficas .....</i>	49
RICARDO TAVARES DA SILVA	
PROCESSO PENAL	
<i>Um não julgamento de inconstitucionalidade em julgamento – Acerca da jurisprudência constitucional sobre o direito ao recurso de primeiras condenações em segunda instância em pena não privativa da liberdade ...</i>	79
HELENA MORÃO	
COMENTÁRIOS DE JURISPRUDÊNCIA	
<i>Imputação subjetiva e coautoria em disputa automobilística ilegal: breve análise à luz do caso do “racha de Berlim” .....</i>	97
EDUARDO VIANA   WAGNER MARTELETO FILHO	
<i>A suspensão “Covid-19” dos prazos de prescrição e o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 500/2021 .....</i>	113
NUNO IGREJA MATOS	

# A SUSPENSÃO “COVID-19” DOS PRAZOS DE PRESCRIÇÃO E O ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL N.º 500/2021 \*

*The “Covid-19” suspension of the limitation periods and  
the Judgment 500/2021 of the Constitutional Court*

**Nuno Igreja Matos\*\***

Palavras-chave: Direito Penal; Direito contraordenacional; Prescrição do procedimento sancionatório; Lei de emergência.

Resumo: No combate à pandemia de Covid-19, a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, instituiu uma regra de suspensão dos prazos de prescrição criminais e contraordenacionais, incluindo naqueles processos e procedimentos referentes a factos praticados antes da sua entrada em vigor. Esta solução legal deu azo a dúvidas de conformidade constitucional com as exigências do princípio da legalidade, na vertente da lei prévia. O Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 500/2021 debruçou-se sobre a norma determinante dessa suspensão dos prazos de prescrição, no intuito de aferir da aplicabilidade do princípio da legalidade e da legitimidade da solução no contexto excecional em que a mesma foi tomada, tendo concluído pela sua não inconstitucionalidade. Os argumentos aduzidos no Acórdão, no entanto, suscitam perplexidades, resultantes, sobretudo, da posição aí assumida no sentido de esta norma não ter sequer implicado uma lesão à confiança dos arguidos – posição que indicia que o Tribunal Constitucional não aferiu devidamente as consequências constitucionais desta solução legal, nem, por isso, a sua suportabilidade constitucional.

Keywords: Criminal law; Punitive administrative law; Statute of limitations; Emergency law.

---

\* Artigo publicado a convite.

\*\* Assistente Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Advogado. O Autor agradece as críticas e as sugestões, sempre desafiadoras e pertinentes, da Mestre Mafalda Moura Melim, que permitiram o enriquecimento analítico e argumentativo do texto.